

Reunião de 11 de Junho de 2019



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado justificar a faltas dos senhores vereadores Manuel Cordeiro, por se encontrar em gozo de férias, Joana Silva por se encontrar em Lisboa, em representação do Município numa visita com os alunos do Agrupamento de Escolas de Mogadouro à Assembleia da República e Alexandra Machado por motivo de doença e de seguida proceder, à apreciação e votação dos seguintes pontos:

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia sete de junho de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de quatro milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta euros e noventa e sete cêntimos (€4.435.680,97). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Neste período não se registou qualquer intervenção por parte dos membros presentes na reunião. -----

ORDEM DO DIA

1 **ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 10/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE MAIO DE 2019.**

2 **GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:**

- **PEDIDO DE EDUARDO AUGUSTO RODRIGUES – CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE**

Reunião de 11 de Junho de 2019



OU AUMENTO DE COMPARTES – EMISSÃO DE CERTIDÃO SOBRE O PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL

- 3 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO- INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) – RESULTADO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 4 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DO DIREITO PÚBLICO DE EXPLORAÇÃO NO NÚCLEO DE COZINHAS REGIONAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 5 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMATICA E PATRIMÓNIO – TRABALHOS A MAIS NA EMPREITADA; CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.**
- 6 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE SOBRE O APOIO À SANIDADE ANIMAL PARA O ANO DE 2018 - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 7 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE A ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DO BAR E EXPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2019 – INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.**
- 8 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO FESTIVAL TERRA TRANSMONTANA MOGADOURO 2019 - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.**
- 9 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE ISENÇÃO DE PREÇOS DE UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO NO FESTIVAL TERRA TRANSMONTANA DE 11 A 15 DE JULHO/2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

Reunião de 11 de Junho de 2019



- 10 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE SANEAMENTO DO CONSUMIDOR Nº 10981 DE CÁTIA GONÇALVES PINTO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 11 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE SANEAMENTO DO CONSUMIDOR Nº 11042 DE RITA ISABEL GOMES CORDEIRO FERNANDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 12 **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE HENRIQUETA DE JESUS RIBEIRO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 13 **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE DAVID ALEXANDRE SILVEIRA PILOTO A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE ESPLANADA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 14 **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE LUÍS PEDRO PEREIRA LOPES A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE ESPLANADA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 15 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE - PEDIDO MARLENE DE FÁTIMA MAGALHÃES ALVES A SOLICITAR A LIGAÇÃO DA REDE PRIVADA DE ÁGUAS E SANEAMENTO À REDE PÚBLICA NA FREGUESIA DE REMONDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 16 **81ª VOLTA A PORTUGAL // MOGADOURO – PARCEIRO OFICIAL – INSTALAÇÃO DE META VOLANTE NO DECORRER DA 6ª ETAPA – TORRE DE MONCORVO // BRAGANÇA – PEDIDO DE APOIO COMO PARCEIRO INSTITUCIONAL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 17 **APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA**

Reunião de 11 de Junho de 2019



SOCIEDADE MOGAPRIMAVERA LDA , PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

- 18 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA TECSAM – TECNOLOGIA E SERVIÇOS MÉDICOS, S.A., PARA REALIZAÇÃO DE PROTOCOLO DE ARTICULAÇÃO NOS TERMOS DO DESPACHO Nº 14391, DE 24 DE MAIO, DA MINISTRA DA SAÚDE – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 19 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – CONCURSO PÚBLICO PARA A ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LIMPEZA URBANA NA VILA DE MOGADOURO – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**
- 20 **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES 2019/2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

-----1. **ATAS** – APROVAÇÃO DA ATA N.º10/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE MAIO DE 2019: - Foi presente a ata número dez barra dois mil e dezanove da reunião ordinária de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do executivo. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.--

2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO: -----

PEDIDO DE EDUARDO AUGUSTO RODRIGUES – CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE CERTIDÃO SOBRE O PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL.
ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de Eduardo Augusto Rodrigues, datado de vinte e sete de maio do ano em curso, com morada, na localidade de Remondes, concelho de Mogadouro registado com o número trezentos e setenta e três barra dezanove, em que solicitou, nos termos nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei 64/2003 de 23 de agosto, alterada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz com o número 1

Reunião de 11 de Junho de 2019



secção H, denominado por Assomadouro, sito na freguesia de Remondes, deste concelho. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua análise/informação número quatrocentos e oitenta e um, de vinte e sete de maio, informou o seguinte: -----

----- “
----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese ilegal, no art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... “Medidas preventivas -----

1 – A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.” ... -----

Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V.Ex.ª o deferimento do pedido.” -----

-----Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido do requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos.-----

-----3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO- INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) – RESULTADO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente a informação número quatrocentos e oitenta e três barra dezanove de vinte e oito de maio da arquiteta, Alexandra Machado, sobre o resultado do período de discussão pública do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT).-----

----- A referida informação dá conhecimento que o período de discussão pública teve a duração de trinta dias úteis e decorreu de cinco de abril de dois mil e dezanove a vinte e dois de maio de dois mil e dezanove, conforme Aviso nº 5537/2019, publicado no Diário da República, 2ª série- nº 62, de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, nos termos do nº 5 do artigo 189º, do Decreto – Lei nº 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e do nº 2 do artigo 56º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais).-----

-----A proposta do REOT esteve disponível para consulta em suporte digital na internet e em suporte físico no serviço de Ordenamento do Território e Urbanismo.-----

----- Mais informa que, até à data do término do prazo que a proposta

Reunião de 11 de Junho de 2019



esteve em discussão pública, não deram entrada nos serviços, nenhuma sugestões, observações, e/ou reclamações, focadas no Relatório do Estado de Ordenamento do Território, considerando, que esta fase do processo está ultrapassada e poderá considerar-se aprovado o referido relatório.-----

----- A câmara, analisada a informação sobre assunto, deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório do Estado de Ordenamento do Território e, de acordo com o disposto no número 3 do artigo 189º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal.--

-----4 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A CONCESSÃO DO DIREITO PÚBLICO DE EXPLORAÇÃO NO NÚCLEO DE COZINHAS REGIONAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Sobre o assunto supra referenciado foi presente a informação número dois mil setecentos e oitenta e seis barra dezanove, de quatro de junho da Chefe de Divisão Maria José Miguel Lopes que a seguir se transcreve:-----

----- “No seguimento da deliberação da Excelentíssima Câmara Municipal, tomada na sua reunião datada de 13 de novembro do ano 2018 e dos despachos exarados por V. Ex.^a nos requerimentos, que se anexam e em relação ao assunto em epígrafe cumpre-nos informar:-----

Enquadramento factual: -----

-----1 - Existem duas Cozinhas desocupadas, no Núcleo de Cozinhas;-----

-----2 -Já foram publicitados três avisos com vista à concessão de exploração dos dois espaços;-----

-----3-Existe,a manifestação de vontade de dois potenciais concessionários;-

-----4 - A Ex.ma Câmara Municipal de acordo com a deliberação que tomou, na reunião acima identificada, deu poderes ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara para, em representação do Município, proceder por ajuste direto, a tal adjudicação, nas condições e termos dos anteriores procedimentos levados a efeito;-----

-----5 - Tais condições fixadas eram:-----

- Preço-base de licitação mensal – 300,00€;-----

- Prazo de execução – 5 anos, renováveis por iguais períodos até ao limite de 25 anos, a contar da assinatura do contrato. -----

Enquadramento legal:

----- 1 Prevê a alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, (doravante

Reunião de 11 de Junho de 2019



designado por CCP) e posteriores alterações, que, "1- Qualquer que seja o objeto do contrato a celebrar, pode adotar-se o ajuste direto quando: a) Em anterior concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação, nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta, e desde que o caderno de encargos e, se for o caso, os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira não sejam substancialmente alterados em relação aos daquele concurso;"-----

----- Na verdade, se é essa peça do procedimento (Caderno de Encargos) que estão contidas as cláusulas técnicas e jurídicas do contrato a celebrar, só se pode dizer que estamos perante a adjudicação do mesmo contrato, se essa peça não sofrer alteração substancial, como tal se devendo entender as cláusulas que constituem os parâmetros base do caderno de encargos (n.º 8 do artigo 24.º do CCP, isto é, os parâmetros que criam obrigações técnicas, financeiras ou jurídicas essenciais à execução do contrato;-----

----- 2 - Acresce o n.º 4 do artigo 31.º do mesmo Diploma Legal que, "Caso o valor do contrato (...) seja inferior a €75.000 e a sua duração seja inferior a um ano, podem ser utilizados os procedimentos de consulta prévia e ajuste direto".-----

----- 3 - De acordo, com o artigo 132.º do CCP, o concurso público é publicitado no Diário da República, através de anúncio conforme modelo aprovado por portaria dos membros do Governo responsáveis pela edição do diário da república e pelas áreas das finanças e das obras públicas seguindo as regras dos artigos 133º e seguintes do CCP. -----

Em conclusão:

----- Perante o exposto somos de parecer que:-----

----- Dadas as condições que foram publicitadas, face ao disposto no artigo 31.º do CCP, o procedimento a adotar para a formação deste contrato, terá de ser um concurso público e não um ajuste direto, sob pena de violação das disposições legais. A ausência do procedimento legalmente previsto implica a falta de um elemento essencial da adjudicação, o que determina a respetiva nulidade, nos termos do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Não se adotando esta solução, sempre poderá ser publicitado novo Aviso, nos termos anteriores.-----

----- Anexa-se:-----

----- Cópia da ata da reunião do Executivo Municipal, datada de 13 de novembro de 2018, na parte respeitante;-----

----- - Requerimentos de dois potenciais concessionários.-----

Reunião de 11 de Junho de 2019



----- À consideração superior".-----

-----O executivo, analisada a informação, deliberou por unanimidade aprovar a abertura de novo procedimento por Aviso a ser publicitado nos locais de costume do concelho de Mogadouro, destinado à concessão do direito público de exploração de dois espaços no Núcleo de Cozinhas Regionais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Código alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e, ao abrigo dos artigos 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, bem como a minuta do convite, o prazo da concessão, o valor base de licitação mensal e a nomeação do júri, da forma que se segue:-----

- Período da concessão é de cinco (5) anos, renovável por iguais períodos até ao limite de vinte e cinco (25) anos, a contar da data da assinatura do contrato.-----

- O valor de licitação para o lote número um é de trezentos euros (€300,00).--

- O valor de licitação para o lote número dois é de trezentos euros (€300,00).-----

- As propostas deverão ser entregues até às dezasseis horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezanove e o ato público de abertura das propostas terá lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mogadouro, às dez horas do dia um de julho de dois mil e dezanove-----

-----Mais foi deliberado designar o júri do procedimento administrativo, assim constituído:-----

Presidente — Maria José Miguel Lopes, chefe da DCIP-Divisão de Contratualização, Informática e Património.-----

Vogais efetivos — Maria Olímpia Marcos, técnica superior da DCIP-Divisão de Contratualização, Informática e Património e, Hélder Valdez Ferreira, técnico superior da DIOM- Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais.-----

-Vogais suplentes — Abel Afonso Varandas, chefe da DIOM-Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais e Isabel Silva Fernandes, assistente técnica da DCIP- Divisão de Contratualização, Informática e Património. -----

-----**5 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – TRABALHOS A MAIS NA EMPREITADA; CASA DAS ASSOCIAÇÕES/ANTIGO EDIFÍCIO DO BANCO PINTO & SOTTO MAYOR – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:** Sobre o assunto supra referenciado foi presente a informação número dois mil oitocentos e trinta e seis barra dezanove, de quatro de junho da Chefe de Divisão Maria José Miguel Lopes, em

Reunião de 11 de Junho de 2019



cumprimento do número 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, a anexar a minuta do contrato de empreitada de "Trabalhos a Mais na empreitada, Casa das Associações/Antigo Edifício do Banco Pinto e Sotto Mayor".-----

----- O executivo, deliberou por unanimidade, ratificar o despacho abaixo transcrito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datado de quatro de junho do corrente ano sob a informação prestada por aquela Divisão.-----

----- "Aprovo a minuta do contrato "Trabalhos a Mais na Empreitada, Casa das Associações/Antigo Edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor".-----

----- Ao Executivo para ratificação."-----

----6. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE SOBRE O APOIO À SANIDADE ANIMAL PARA O ANO DE 2018 - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente a informação prestada pelo coordenador técnico, Gabriel Joaquim Teixeira, da Serviços de Contabilidade da Divisão Administrativa e Financeira, datada de vinte e nove de maio corrente, registada com o número "2019,EXP,I,GE,89" sobre o assunto em título que se transcreve: -----

"Foi entregue nestes serviços pela Cooperativa Agrícola Sabodouro CRL, a relação que anexo, para efeitos de pagamento da comparticipação nas despesas referentes à sanidade animal relativa aos serviços prestados no ano de 2018. -----

-----Uma vez que a atribuição de apoios em forma de subsídio é da competência da Câmara Municipal e tendo em conta as deliberações de anos anteriores, deve ser submetido à apreciação do Órgão Executivo, para definir o valor total a pagar sendo que tem sido prática comum o pagamento de 50% do valor pago pelos proprietários mediante a apresentação do recibo comprovativo do respetivo pagamento perante a Cooperativa.-----

De acordo com a relação apresentada o valor total é de 110.419,42euros, pelo que mantendo o critério de anos anteriores, o valor a suportar pelo Município será de 55.209,71euros, valor superior ao atribuído em 2017 em 1.667,95euros. Mais informo que este montante está previsto no Orçamento para o ano em curso, mas que deve ser previamente cabimentado.-----

----- Para garantia de elaboração e boa execução orçamental, sou de opinião que deveria ser estabelecido um prazo para reclamar estes pagamentos."-----

-----Com base na presente informação o Executivo deliberou, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos vereadores

Reunião de 11 de Junho de 2019



Evaristo Neves e Virgínia Vieira e um voto contra do vereador Daniel Ribeiro, continuar a prestar o apoio à sanidade animal do concelho, atribuindo cinquenta por cento (50%) do valor pago pelos proprietários, consoante a apresentação do recibo comprovativo do respetivo pagamento perante a Cooperativa, em montante idêntico ao atribuído no ano anterior, ou seja, de cinquenta e cinco mil, duzentos e nove euros setenta e um cêntimos (€55.209,71), podendo os mesmos reclamar estes pagamentos até trinta e um de janeiro do ano dois mil e vinte.-----

O vereador Daniel Ribeiro, justificou a sua forma de votação por entender que o executivo deveria apoiar a sanidade animal em cem por cento, posição esta que sempre defendeu desde que assumiu funções de vereador na Câmara Municipal.-----

-----Na sequência da posição tomada pelo vereador, o senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães propôs ao executivo presente o aumento para a sanidade animal em 75% das despesas para o ano de 2019 a pagar no ano de 2020.-----

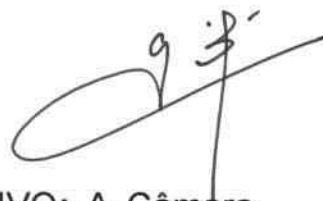
----- O executivo, analisada a proposta apresentada, deliberou por maioria com três votos a favor do senhor Presidente e dos vereadores Evaristo Neves e Virgínia Vieira e um voto contra do vereador Daniel Ribeiro aprovar a comparticipação em setenta e cinco por cento das despesas com a sanidade animal aos detentores de animais para o ano de dois mil e dezanove a pagar no ano de dois mil e vinte.-----

----- O vereador Daniel Ribeiro, manteve o mesmo sentido de voto, porquanto, é seu entendimento que a totalidade das despesas com a sanidade animal está dentro das capacidades económicas do Município não resultando para o mesmo especial esforço financeiro e se revelar de especial mais valia no auxílio aos produtores de gado do concelho.-----

----- Sobre o apoio à sanidade animal, foi deliberado por unanimidade que os Serviços deverão solicitar ao ADS de Macedo de Cavaleiros a listagem dos valores pagos com a sanidade animal no ano de 2018, relativamente aos detentores de animais de Castro Vicente, Porrais e Vilar Seco, a fim de ser deliberado o montante do apoio a conceder aos seus proprietários com a sanidade animal prestada por aquela associação, a ser presente em próxima reunião de Câmara.-----

**-----7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO –
INFORMAÇÃO SOBRE A ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DO BAR
E EXPLANADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS DO COMPLEXO
DESPORTIVO DE MOGADOURO PARA O ANO DE 2019 – INTENÇÃO DE**

Reunião de 11 de Junho de 2019



ADJUDICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho adiante transcrito proferido pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado de quatro de junho de dois mil e dezanove, sob a informação número dois mil. Setecentos e sessenta e quatro de treze de junho do corrente ano, da técnica superior, Ana Conceição Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, junto à qual anexou a ata de abertura e análise das propostas apresentadas:-----

-----"Dada a proximidade da abertura das piscinas municipais descobertas e com base, na delegação e subdelegação de competências constantes do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017, aprovo a ata de adjudicação do Bar e Esplanada das Piscinas Descobertas do Complexo Desportivo de Mogadouro para o ano de 2019.-----

À DSIP para efeitos.-----

À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."-----

----8. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO FESTIVAL TERRA TRANSMONTANA MOGADOURO 2019 -RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pela senhora vereadora, Virgínia Vieira, datado de quatro de junho de dois mil e dezanove, sob a informação número dois mil setecentos e sessenta e sete, datada de três de junho do corrente ano, do técnico superior, Amílcar de Assis Salomé Monteiro, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, registada com o número "2019,TURAR.I,GE,2767", em que aprovou as normas do Festival Terra Transmontana dois mil e dezanove e o sujeitou a ratificação do órgão executivo nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE ISENÇÃO DE PREÇOS DE UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO NO FESTIVAL TERRA TRANSMONTANA DE 11 A 15 DE JULHO/2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Com base informação número dois mil setecentos e sessenta e nove, de quatro de junho de dois mil e dezanove, do técnico superior. Amílcar de Assis Salomé Monteiro, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, registada com o número "2019.TURAR.I,GE,2769", a Câmara deliberou, por unanimidade. Ao

Reunião de 11 de Junho de 2019



abrigo do n.º2 do artigo 17.º do Regulamento de aplicação de Cobranças e Tabelas de Tarifa e Preços Municipais, aprovar a isenção do pagamento de taxas municipais aos utilizadores (caravanistas e campistas) do Parque de Campismo durante o Festival Terra Transmontana, a decorrer entre os dias onze e quinze de julho próximo.-----

----10. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE SANEAMENTO DO CONSUMIDOR Nº10981 DE CÁTIA GONÇALVES PINTO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente uma petição em nome de, Cátia Isabel Gonçalves Pinto, datada de oito de fevereiro de dois mil e dezanove, com residência na rua das Eiras, nº 5 em Castelo Branco, deste concelho, registada com o número dois mil trezentos e setenta e três, barra dezanove, em que solicitou a isenção do pagamento da tarifa de saneamento do consumidor número dez mil novecentos e oitenta e um, em virtude de a habitação não se encontrar ligado á rede de saneamento. -----

----- A informação número mil trezentos e noventa de treze de março de dois mil e dezanove, do encarregado operacional, Modesto José Rodrigues, da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, refere o seguinte: -----

----- “Recebemos nesta Divisão uma petição oriunda da Sr.^a Cátia Gonçalves Pinto, proprietária de uma habitação, localizada na rua das Eiras, em Castelo Branco, solicitando a isenção da taxa de saneamento da instalação de água do consumidor nº10981, em virtude da habitação não se encontrar ligada á rede de saneamento-----

----- Feita a sua apreciação e após deslocação ao local, cumpre-me informar o seguinte: -----

1.- A referida habitação, não é servida de ramal domiciliário de esgotos com ligação á rede geral de drenagem de águas residuais.-----

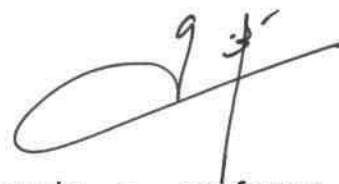
2.-Neste momento as águas residuais da referida habitação, são encaminhadas para uma fossa séptica localizada no terreno do munícipe.-----

3.- A referida habitação, tem condições técnicas de se ligar á rede geral de saneamento, sendo necessário executar um ramal com cerca de 25 metros de comprimento.-----

4.- De acordo com o preceituado do nº 1 do artigo 9º do Regulamento Municipal dos sistemas Públicos e Prediais de distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais,” em todos os edifícios é obrigatória a ligação às redes públicas de abastecimento de água ou drenagem de águas residuais domésticas quando existam ou venham a ser instaladas as respetivas infra-estruturas”.-----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, em sete de maio do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: ---

Reunião de 11 de Junho de 2019



-----“De acordo com a informação do encarregado e conforme recomendação da ERSAR, só pode ser considerado ramal domiciliário até uma extensão de 21 metros, pelo que o presente caso deverá ser considerado como uma ampliação de rede de saneamento devendo V. Ex^a considerar duas hipóteses:-----

----- 1- Aprovar a ampliação da rede de saneamento a executar pelo Município, devendo a requerente apenas custear os custos do ramal domiciliário.-----

----- 2- Manter a situação existente e isentá-la do pagamento da tarifa de saneamento, conforme solicitado.-----

----- A aprovar-se a hipótese dois, deve a requerente licenciar na APA, a descarga das águas residuais, de acordo com a legislação em vigor.”-----

----- Atendendo à informação e o parecer técnico referenciados, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a consumidora Cátia Isabel Gonçalves Pinto do pagamento da tarifa de saneamento, devendo a requerente licenciar na APA, a descarga das águas residuais, de acordo com a legislação em vigor. -----

----11. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE SANEAMENTO DO CONSUMIDOR Nº 11042 DE RITA ISABEL GOMES CORDEIRO FERNANDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente uma petição em nome de, Rita Isabel Gomes Cordeiro Fernandes, na qualidade de consumidora de água número 11042, datada de vinte e dezasseis de maio de dois mil e dezanove, com residência na rua Pedro Alcaide, em Vale da Madre, deste concelho, registada com o número dois mil quatrocentos e quarenta e sete, barra dezanove, em que solicitou a isenção do pagamento da taxa de saneamento de águas residuais, dado que a mesma não é servida de rede de saneamento. -----

----- A informação número dois mil quatrocentos e quarenta e sete de dois mil e dezanove, do encarregado operacional, Modesto José Rodrigues, da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, refere o seguinte: -----

----- Feita a sua apreciação e após deslocação ao local, cumpre-me informar o seguinte: -----

1.- A zona onde se encontra implantada a referida moradia, não é servida de infraestrutura de drenagem de águas residuais, apenas é servida de rede de distribuição de água.-----

2.- As águas residuais domésticas da habitação são direccionadas para uma fossa no terreno da munícipe.-----

Reunião de 11 de Junho de 2019



3.- A munícipe informou-nos que quando a fossa se encontrar cheia, solicitará os serviços desta autarquia para procederem à remoção das águas residuais, a fim de terem o destino adequado.-----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, em vinte e três de maio do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: "Atento à informação do Encarregado, não vemos qualquer inconveniente em atender ao solicitado pela requerente."-----

----- Atendendo à informação e aos pareceres técnicos referenciados, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de isenção do pagamento da taxa de saneamento de águas residuais da instalação de água da consumidora nº 11042 em nome de Rita Isabel Gomes Cordeiro Fernandes.-----

----12. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE HENRIQUETA DE JESUS RIBEIRO PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de, Henriqueta de Jesus Ribeiro, datado de oito de maio de dois mil e dezanove, com morada na rua da Cruz, nº5, no lugar de Zava, freguesia de Mogadouro, atualmente a residir na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas São João de Deus na vila de Mogadouro, registado com o número quatro mil setecentos e sessenta e seis barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil oitocentos e trinta e três barra dois mil e dezanove, de quatro de junho, emitiu o seguinte parecer técnico:-----

----- "Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr.^a Henriqueta de Jesus Ribeiro, **cumpr**e os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a) b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem 65 anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional.-----

Reunião de 11 de Junho de 2019



-----Assim, e de acordo com o estipulado no referido regulamento, poderá ser concedido à requerente, um cartão de comparticipação municipal em medicamentos, válido para o ano civil em curso, o qual poderá utilizar em qualquer farmácia do concelho de Mogadouro, sendo o montante máximo de comparticipação de €300,00 (trezentos euros).-----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

----13. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE DAVID ALEXANDRE SILVEIRA PILOTO A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE ESPLANADA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de David Alexandre Silveira Piloto, datado de quinze de maio do corrente ano, a solicitar autorização para colocação de duas esplanadas na Praça de Santa Cruz, em Castelo Branco, com a área de catorze metros quadrados cada uma, junto ao seu estabelecimento de bebidas.-----

-----Sobre o assunto, a fiscalização municipal refere que não vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido, devendo o requerente manter o espaço devidamente sinalizado e em condições de poderem circular pessoas e bens.-----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua informação número dois mil quinhentos e oitenta e dois, de vinte e sete de maio, refere o afirmado pela fiscalização municipal no sentido de ser providenciada a vedação do espaço e garantia da sinalização da mesma, podendo ser permitida a colocação de guarda-sóis. Mais informa que eventuais danos no pavimento serão da responsabilidade do proprietário do referido estabelecimento. -----

----- Analisado o pedido, o executivo, tendo em conta as informações prestadas, deliberou por unanimidade, deferir o pedido formulado pelo requerente, autorizando apenas a colocação de uma esplanada, no espaço confinante com o Café, com as condicionantes atrás referidas, devendo proceder à retirada da mesma até ao dia sete de outubro do ano de dois mil e dezanove.-----

Reunião de 11 de Junho de 2019



-----14. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – PEDIDO DE LUÍS PEDRO PEREIRA LOPES A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE ESPLANADA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente um requerimento de Luís Pedro Pereira Lopes, datado de 24 de maio do corrente ano, a solicitar autorização para colocação de uma esplanada, com a área de vinte metros quatro metros quadrados, em frente ao seu estabelecimento comercial denominado “Taberna do Lopes” na rua Francisco António Vicente, na vila de Mogadouro, á semelhança de anos anteriores durante o período de quinze de maio a quinze de outubro do ano em curso. --

-----Sobre o assunto, a fiscalização municipal refere que o mesmo já foi objeto de informação por parte da fiscalização em anos anteriores e que a esplanada a instalar ocupa o espaço de dois lugares de estacionamento.-----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua informação número dois mil quinhentos e oitenta e seis de vinte e sete de maio, refere o afirmado pela fiscalização municipal no sentido de ser providenciada a vedação do espaço e garantia da sinalização da mesma, devendo o passeio entre a esplanada e o estabelecimento estar sempre livre de qualquer obstáculo, podendo ser permitida a colocação de guarda- sois. -----

----- Mais informa que eventuais danos no pavimento serão da responsabilidade do proprietário do estabelecimento comercial, ficando ainda excluída a cobertura da esplanada com recurso a estruturas metálicas fixas ou outras e a colocação de guarda ventos em tela plástica.-----

----- Analisadas as informações prestadas sobre o assunto, o executivo, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido formulado pelo requerente e autorizar a colocação da esplanada desde o dia quinze de maio devendo o requerente proceder á retirada da mesma até ao dia sete de outubro de dois mil e dezanove.-----

----15. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE - PEDIDO MARLENE DE FÁTIMA MAGALHÃES ALVES A SOLICITAR A LIGAÇÃO DA REDE PRIVADA DE ÁGUAS E SANEAMENTO À REDE PÚBLICA NA FREGUESIA DE REMONDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Presente o requerimento de Marlene de Fátima Magalhães Alves, datado de vinte e quatro de abril do corrente ano a solicitar a ligação da rede privada de águas e saneamento á rede pública, e qual o ponto onde a referida ligação deverá ser efetuada, dada a existência ou não de cota suficiente.-----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, em vinte e três de maio do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: “Feita a sua apreciação e depois de deslocados ao local, cumpre-

Reunião de 11 de Junho de 2019



nos informar o seguinte:-----

---- 1- Foi mandado efetuar um levantamento topográfico entre a zona do terreno da requerente e a caixa de saneamento existente, a aproximadamente 30,80 metros – ver perfis longitudinais;-----

---- 2- Verifica-se, assim, que a ligação entre o ponto do terreno da requerente e a caixa existente não é possível, uma vez que a cota inicial, contando que a caixa de visita (Câmara de Corrente de Varrer) tem que ter uma profundidade mínima de 1,20 metros;-----

---- 3- Para que a ligação seja possível existem duas soluções:-----

-----3.1 Executar um troço de acordo com o perfil longitudinal em anexo (troço proposto) em que para o efeito torna-se necessário executar uma vala em que a profundidade máxima atinge 3,40 metros. A vala a executar até á caixa existente, nesta situação, terá um comprimento de 122,91 metros;-----

-----3.2 O requerente poderá ligar as águas residuais domésticas, através de meios eletromecânicos, através de um poço de bombagem seguido da respetiva elevação até á caixa existente, localizada a 30,80 metros.-----

---- 4- Se nenhuma das soluções for aceite, poderá ainda o requerente resolver a situação através da execução de uma fossa séptica (neste caso a descarga das águas residuais deverá ser licenciada na APA – Agência Portuguesa do Ambiente, conforme legislação em vigor) ou um poço devidamente dimensionado para um período de retenção do efluente e solicitar periodicamente a retirada do mesmo pelos serviços externos da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente.-----


---- Assim, face ao exposto, cabe a V.Ex.^a decidir superiormente o que entender ser a melhor solução. À consideração superior.”-----

----- Atendendo ao pedido e ao parecer técnico referenciados, a Câmara, dada a inviabilidade física do prolongamento da rede, deliberou, por unanimidade, que a requerente deverá cumprir com o indicado nos pontos 3.2 e 4 da referida informação.-----

----16. 81ª VOLTA A PORTUGAL // MOGADOURO – PARCEIRO OFICIAL – INSTALAÇÃO DE META VOLANTE NO DECORRER DA 6ª ETAPA – TORRE DE MONCORVO // BRAGANÇA – PEDIDO DE APOIO COMO PARCEIRO INSTITUCIONAL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Presente o email oriundo da PODIUM WE REACH EVENTS, no âmbito da realização da 81ª Volta a Portugal em Bicicleta, a solicitar a passagem da prova, com a instalação de uma Meta Volante, no decorrer da 6ª etapa, Torre de Moncorvo//Bragança, no dia 7 de agosto.-----

-----Mais solicita um apoio monetário no montante de dois mil e quinhentos

Reunião de 11 de Junho de 2019



euros (€2.500,00) acrescido de IVA, colocando o Município de Mogadouro como parceiro institucional da 81ª Volta a Portugal.-----

----- Analisado o pedido, o Executivo, deliberou, por unanimidade proceder ao pagamento de três mil e setenta e cinco euros (€3,075,00) pela instalação da meta volante em Mogadouro na referida etapa, á organização da Volta a Portugal (Podium We Reach Events).-----

---17. APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA SOCIEDADE MOGAPRIMAVERA LDA, PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um requerimento de Mogaprimavera, Lda., datado de vinte e um de março de dois mil e dezanove, registado com o número “2019,EXP,E,GE,590”, em que solicitou, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal apoio financeiro à criação de um posto de trabalho. -----

----- Na sequência do despacho do senhor presidente da Câmara, de vinte e seis de março de dois mil e dezanove, o chefe de gabinete, Aníbal José Moreno, informou, em cinco de junho de dois mil e dezanove, o seguinte: -----

----- “MOGAPRIMAVERA, LDA, contribuinte n.º 510259553, com o NISS: 25102595537, com estabelecimento comercial na rua das Sortes, nº 42, 5200-222, Mogadouro, União de Freguesia de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação de um posto de trabalho. -----

-----Analisada a documentação, verifica-se que a requerente iniciou a atividade em 2012/04, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 56101RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL, como atividade principal e CAE: 56106, CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS A LEVAR PARA CASA, como atividade secundária.-----

----- Requer apoio pela criação de um posto de trabalho, para o efeito apresenta um contrato de trabalho sem termo, com início em 16-02-2019 com a trabalhadora Taina Aparecida Paiva Castro, NIF:294944664, NISS: 12074300953 com o NIF219798834 e comunicação de admissão à Segurança Social.-----

----- Da consulta das folhas de remunerações que entregou na Segurança Social, dos meses de dezembro de 2018 constam (5) trabalhadores, janeiro/2019 cinco (5) trabalhadores, fevereiro/2019 cinco (5) trabalhadores e

Reunião de 11 de Junho de 2019



março /2019 também cinco (5) trabalhadores, não se verifica a criação líquida de mais um posto de trabalho.-----

----- Apresenta também declaração de compromisso de honra a manter os postos de trabalho pelo período de cinco (5) anos.-----

----- Não está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento".-----

----- Concordando com a informação supratranscrita, o Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio formulado pela requerente.-----

-----18.DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA TECSAM – TECNOLOGIA E SERVIÇOS MÉDICOS, S.A., PARA REALIZAÇÃO DE PROTOCOLO DE ARTICULAÇÃO NOS TERMOS DO DESPACHO Nº 14391, DE 24 DE MAIO, DA MINISTRA DA SAÚDE – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi presente um pedido assinado pelo Administrador d clínica TECSAM – Tecnologia e Serviços Médicos, S.A., com instalações na reta de Vale da Madre, a solicitar a realização de um Protocolo de Articulação nos termos do despacho Nº 14391/2001, de 24 de maio, da Ministra da Saúde (publicado no DR II Série, Nº 158, de 10 de julho de 2001).-----

----- O Chefe da Divisão de Águas e Saneamento, em resposta ao pedido formulado pela requerente, no próprio requerimento apresentado, informa o seguinte: "Em resposta ao solicitado, anexamos o referido Protocolo, com as alterações mencionadas no artigo 34º da Portaria nº347/2013, de 28 de novembro, lembrando que em 16/12/2010, foi elaborado um idêntico entre o Município de Mogadouro e a referida Unidade de Hemodiálise. À consideração superior."-----

----- Presente o Protocolo de Articulação nos termos supra expostos entre o Município de Mogadouro e a Clínica TECSAM – Tecnologia e Serviços Médicos, S.A., cujo objeto pretende regular o relacionamento entre as Partes, com vista a dar cumprimento ao quadro legal, em particular no que se refere à informação sobre a qualidade da água a fornecer à TECSAM – SA- Unidade de Hemodiálise de Mogadouro, o Executivo, deliberou por unanimidade, aprová-lo e dar poderes ao senhor Presidente da Câmara para em representação do Município proceder à sua assinatura.-----

-----19. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – CONCURSO PÚBLICO PARA A ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LIMPEZA URBANA NA VILA DE MOGADOURO – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – ANÁLISE E

Reunião de 11 de Junho de 2019



DELIBERAÇÃO: Foi presente a informação número dois mil oitocentos e quarenta e sete, barra dezanove, datada de seis de seis de junho, do Chefe da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente que a seguir se transcreve:---

----- “Como é do conhecimento de V. Ex.^a a limpeza urbana da vila de Mogadouro encontra-se adjudicada à empresa FOCSA, resultante de um concurso público efetuado há aproximadamente 5 anos e cujo prazo de contrato se encontra no fim, mais concretamente tem o seu “terminus” em 13 de agosto de 2019, de acordo com o contrato celebrado entre a empresa e o Município de Mogadouro 13 de maio de 2014.-----

---- Assim, esta divisão, enquanto responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados e a efetuar pela empresa, tem também como objetivo “lançar” um novo concurso público a fim de dar continuidade aos serviços de limpeza na vila de Mogadouro. -----

Propõe-se que o período de vigência para a prestação dos “serviços de limpeza urbana na vila de Mogadouro” seja por três anos.-----

---- Deste modo, atendendo ao exposto e tendo em consideração o custo estimado para os trabalhos previstos no referido período, de 180.000,00€/ano (CENTO E OITENTA MIL EUROS) e que por um período de três anos será de **540.000,00€** (QUINHENTOS E QUARENTA MIL EUROS), somos de opinião técnica, que se deve proceder a um concurso público internacional, de acordo com a alínea b) do artigo n.º 20.º e art.º 130º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.-----

----- Nos termos do art.º 290-A, do mesmo diploma legal, solicita-se a nomeação do **gestor do contrato**.-----

----- Ainda nos termos do n.º 1 do art.º 67º, do diploma acima referido, deverá a Câmara proceder à nomeação do júri de concurso, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais preside e dois suplentes.-----

----- Anexam-se as seguintes peças:-----

-----**Peças Escritas:**-----

-----Caderno de Encargos;-----

-----Programa de Procedimento;-----

----- Peças Desenhadas:-----

-----Plantas da Vila.-----

-----À consideração superior,-----

----- Analisada, a informação a Câmara, deliberou, por unanimidade aprovar o Caderno de Encargos e Programa do Procedimento, preço base de quinhentos e quarenta mil euros (€540.000,00), acrescido de IVA á taxa legal em vigor, prazo de execução de (3) três anos, bem como a abertura de

Reunião de 11 de Junho de 2019



procedimento de formação de contrato através de concurso público internacional, para a Limpeza Urbana da Vila de Mogadouro de acordo com a alínea b) do artigo nº 20º e artigo 130º e seguintes do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Mais foi deliberado, nos termos do disposto no número 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, nomear o júri do procedimento para a formação do contrato, assim designado:-----

Presidente – José Joaquim Pinto, Chefe da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente;-----

Vogais efetivos – Maria José Miguel Lopes, chefe da Divisão de Contratualização, Informática e Património e Abel Afonso Varandas, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, em regime de substituição. Vogais suplentes – Modesto José Rodrigues, Encarregado Operacional, da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente e a Técnica Superior Maria Olímpia Marcos, da Divisão de Contratualização, Informática e Património.-----

----- Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 290.º-A do diploma acima referido, foi também deliberado designar como gestor do contrato, José Joaquim Pinto, chefe da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente-----

-----20. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES 2019/2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Sobre o assunto supra referenciado foi presente a informação número dois mil oitocentos e quarenta e dois, de cinco de junho de dois mil e dezanove da assistente técnica Elisabete Conceição Salomé Nogueira da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social que se segue se transcreve:-----

_____"Ao abrigo do ponto 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, vimos por este meio solicitar a aprovação, pela Excelentíssima Câmara, do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2019/2020, que junto remetemos.-----

----- Relativamente aos circuitos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 nos termos do número 2 do artigo 18º do referido Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, serão efetuados em transportes públicos, neste caso a empresa António Augusto Santos Lda., em virtude de ser a única concessionária de transportes públicos no concelho de Mogadouro.-----

O circuito urbano da linha azul continua a ser efetuado pelo Município de Mogadouro.-----

----- Os circuitos especiais são criados por forma a assegurar o transporte de crianças do ensino pré-escolar, bem como de alunos de localidades não

Reunião de 11 de Junho de 2019



abrangidas pelos circuitos públicos. Para estes circuitos especiais será efetuado um concurso público.-----

----- O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2019/2020 foi apreciado favoravelmente em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação do dia 5 de junho de 2019.-----

----- Envia-se também o valor dos passes escolares previsto para o ano letivo 2019/2020."-----

----- A Câmara, analisada a informação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, dos onze circuitos de transportes escolares a realizar pela empresa SANTOS, de António Augusto Santos, Lda., com sede na vila de Freixo de Espada à Cinta, pelo valor total de cento e sessenta e seis mil, dezassete euros e seis cêntimos (€166.017,06), acrescido de IVA á taxa legal em vigor, conforme quadro elucidativo dos valores dos passes escolares previstos para o ano letivo 2019/2020, que a seguir se anexa:-----

VALOR DOS PASSES ESCOLARES PREVISTO PARA O ANO LETIVO 2019/2020								
	Destino	N.º alunos		Preço de tabela	Preço de tabela sem IVA	Preço unitário com desconto 25%	Total diário	Total anual (sem IVA) 171 dias letivos
		≤13 anos	>13 anos					
1	Circuito n.º 1							
2	Mogadouro		1	3,55 €	3,34 €	2,50 €	5,01 €	13 284,99 €
3	Saldanha							
4	Castanheira	2	2	3,35 €	3,15 €	2,36 €	18,89 €	
5	Penas Rolas	1	1	3,20 €	3,01 €	2,29 €	9,02 €	
6	Vilariga		1	2,95 €	2,77 €	2,08 €	4,16 €	
7	Variz	4	8	2,40 €	2,26 €	1,69 €	40,61 €	
8	Circuito n.º 2							
9	Mogadouro		4	2,80 €	2,63 €	1,97 €	19,74 €	10 126,62 €
10	Tô/Cruz Tô	1	3	3,20 €	3,01 €	2,26 €	18,05 €	
11	Santoane	3	2	2,20 €	2,07 €	1,55 €	15,51 €	
12	Santiago							
13	Mogadouro-gare	2		2,10 €	1,97 €	1,48 €	9,92 €	
14	Circuito n.º 3							
15	Cardal Douro		2	3,55 €	3,34 €	2,50 €	10,01 €	12 707,01 €
16	Mogadouro		5	3,55 €	3,34 €	2,50 €	25,03 €	
17	Bamposta							
18	Urrés	1		3,25 €	3,06 €	2,29 €	4,58 €	
19	Urrés-gare	2	2	3,20 €	3,01 €	2,26 €	18,05 €	
20	Brunhosinho	3	1	2,95 €	2,77 €	2,08 €	16,64 €	
21	Circuito n.º 4							
22	Mogadouro		6	3,35 €	3,15 €	2,36 €	33,06 €	21 289,50 €
23	Parado Bamposta	2		3,20 €	3,01 €	2,26 €	9,02 €	
24	Algozinho	2	9	3,20 €	3,01 €	2,26 €	49,63 €	
25	Ventozelo							
26	Vilarinho Galopas	1	8	2,95 €	2,77 €	2,08 €	28,12 €	
27	Vila Eiras			2,90 €	2,73 €	2,04 €	0,00 €	
28	Vila d'Ala		1	2,60 €	2,44 €	1,83 €	3,67 €	
29	Circuito n.º 5							
30	Mogadouro		1	3,55 €	3,34 €	2,50 €	5,01 €	5 330,07 €
31	Valcerto							
32	S. Martinho Pass		1	2,95 €	2,77 €	2,08 €	4,16 €	
33	Macedo Pass		2	2,95 €	2,77 €	2,08 €	8,32 €	
34	Pass		1	2,80 €	2,63 €	1,97 €	3,95 €	
35	Aginhoso	1	2	2,30 €	2,16 €	1,62 €	9,73 €	
36	Circuito n.º 6							
37	Mogadouro			4,05 €	3,81 €	2,86 €	0,00 €	10 553,76 €
38	Vila Bece							
39	Castro Virente	2	5	4,05 €	3,81 €	2,86 €	39,97 €	
40	Porrais	1	1	3,80 €	3,57 €	2,68 €	10,72 €	
41	Seufelo		1	2,40 €	2,26 €	1,69 €	3,38 €	
42	Circuito n.º 7 (desdobramento)							
43	Vilavado			2,20 €	2,07 €	1,55 €	0,00 €	
44	Sampassi	1	1	2,30 €	2,16 €	1,62 €	6,49 €	
45	Circuito n.º 7							

Reunião de 11 de Junho de 2019

44	Mogadouro	Parreira	4	5	2,50 €	2,44 €	1,83 €	32,39 €	30 017,34 €
45		Brunhoso	13	15	2,40 €	2,28 €	1,69 €	34,75 €	
46		Reimondos	6	6	2,30 €	2,16 €	1,62 €	38,92 €	
47		Vila Medra	2	1	2,10 €	1,97 €	1,48 €	9,88 €	
48		Circuitos nº 8							
49	Mogadouro	Mairinhos	13	9	3,20 €	3,01 €	2,29 €	39,26 €	31 368,24 €
50		Castelo Branco	6	7	2,40 €	2,26 €	1,69 €	43,39 €	
51		Zais	4	11	1,90 €	1,79 €	1,34 €	40,19 €	
52		Circuitos nº 8							
53	Mogadouro	Freixo Espada à Cinta		2	3,55 €	3,34 €	2,50 €	10,01 €	20 313,09 €
54		Lagoa	2	9	3,55 €	3,34 €	2,50 €	35,06 €	
55		Brugos	3	3	3,35 €	3,13 €	2,36 €	28,34 €	
56		Vilar Rei	1	1	2,40 €	2,28 €	1,69 €	6,77 €	
57		Vila Porto		4	2,20 €	2,07 €	1,55 €	12,41 €	
58		Figueira	1	1	2,20 €	2,07 €	1,55 €	6,39 €	
59		Circuitos nº 20							
60	Mogadouro	Estavos		5	4,35 €	4,09 €	3,07 €	30,67 €	11 724,44 €
61		Quintas Gachardas	3	1	3,20 €	3,01 €	2,26 €	18,05 €	
62		Volverde	4	1	2,40 €	2,26 €	1,69 €	16,92 €	
63									
64									
65									
66									
67									
68									
Valor Total Previsto para 2019 e IVA (71 sites) = 68 981,06 €									
Valor Total Previsto para 2020 e IVA (100 sites) = 87 086,00 €									
								TOTAL S/ IVA	166 017,06 €
								IVA	9 961,02 €
								TOTAL	175 978,08 €

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia vinte e oito de maio e o dia sete de junho na importância de cento e noventa e dois mil, setenta e cinco euros e oitenta e sete centimos (€ 192.075,87).-----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas dez horas e vinte minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *António Luís Moreira*, Técnico Superior, António Luís Moreira, redigi e subscrevi: -----

António Luís Moreira

